



CONVERGÊNCIA AMPLA DE SALVAÇÃO DE ANGOLA-COLIGAÇÃO ELEITORAL

CASA-CE

GRUPO PARLAMENTAR

DECLARAÇÃO POLÍTICA

(LUANDA, 14 DE NOVEMBRO DE 2018)

Excelência, senhor Presidente da Assembleia Nacional;
Excelências, senhores Deputados, senhores Auxiliares do
Titular do Poder Executivo, senhores Magistrados Judiciais e
do Ministério Público, senhor Provedor da Justiça.
Minhas senhoras e Meus senhores.

Foi com satisfação e esperança, que há um ano atrás, passe o pleonismo, vimos o senhor Titular do Poder Executivo, apresentar a Proposta do OGE 2018, nesta Magna Assembleia. Foi um facto inédito. Por outro lado, foi também pela primeira vez, que vimos a Proposta do OGE introduzir correcções, como resultado do debate havido, nesta Assembleia, no processo da sua aprovação. Em consequência, ao contrário do que vinha sucedendo, e dando o benefício da dúvida ao novo Presidente da República, o Grupo Parlamentar da CASA-CE votou abstenção, na aprovação do Orçamento.

Hoje, lamentamos ter de dizer, que a proposta de Lei, que aprova o OGE 2019, não mudou quase nada, com relação as suas precedentes, repetindo os mesmos vícios, que vimos condenando ano após ano. Referimo-nos aos vícios de uma

significativa falta de transparência, na assignação das verbas e realização das despesas, que criaram no passado as fontes que alimentaram a corrupção e o desvio de fundos do erário público.

Sr. Presidente!

Meus senhores e minhas senhoras. Entendamos de uma vez para sempre, que é competência da Assembleia Nacional, alocar as verbas, em sede da aprovação do OGE, para a realização das despesas, sejam elas quais forem, incluindo as que resultam da elevação do preço do barril do petróleo, face ao preço de referência estabelecido na proposta do OGE. De uma vez por todas, deixemos de reter o dinheiro em fundos desnecessários, quando directamente podemos diagnosticar as necessidades e alocar as verbas para as suprir. Se se procurar equilibrar os Municípios, identifiquem-se os desequilíbrios, entreguem-se as verbas para eliminar as desigualdades, as injustiças e por esta via estabelecer ou restabelecer o equilíbrio entre eles, sem necessidade de, no intermédio, criarem-se fundos.

A eliminação do tecto, que era de 60% sobre o PIB, como o limite máximo que a dívida pública podia atingir, fê-la disparar para valores inquietantes. Pois, é necessário repôr o limite.

A proposta de lei continua a trazer uma norma que diz, que as despesas especiais de segurança interna e externa de protecção do Estado, constantes do OGE, estão sujeitas a um regime especial de execução e controlo orçamental, de acordo com o que venha a ser estabelecido pelo Presidente da República, enquanto titular do poder Executivo.

Pois, minhas senhoras e meus senhores, ao longo do tempo que levamos no Parlamento, ano após ano, a história repete-se, mas a verdade é que o Parlamento nada sabe sobre a criação desse regime especial de execução e controlo orçamental, que concordamos, exista, mas aprovado e tutelado pela Assembleia Nacional, em observância à Constituição da República. Portanto, a Assembleia Nacional deve criar um Comité Restrito, para o



exercício desse regime especial. Não pode ser o Presidente da República a ser o gestor e o fiscal de si mesmo.

Voltamos a dizer, a Lei que aprova o OGE não pode conceder ao senhor Presidente da República, Autorizações Legislativas genéricas, já que estas devem ser casuísticas e concretas.

Senhor Presidente, senhores Deputados, senhores auxiliares do Titular do Poder Executivo, senhoras e senhores! Se a limpeza do lixo for uma tarefa vital, chave, prioritária, será necessário que se faça desse negócio uma actividade atractiva e lucrativa. Extrapolando, que se pague ao limpador do lixo, o salário de um cientista, até que se restabeleça o equilíbrio. Pois, apliquemos isso aos salários dos nossos professores.

Voltando à dívida Pública, continuamos a espera de vê-la esclarecida. Os setenta mil milhões de dólares informados, é só dívida governamental ou inclui já a das Empresas Públicas? Quem são os credores? A que efeitos se contraíu essa dívida?

Contávamos, por esta altura, que parte das receitas do OGE, em causa, viriam já do Repatriamento de Recursos Financeiros. Creio que não está a acontecer. Opinamos, que não aconselhamos o emprego da estratégia de lobo mau. Temos de ser firmes, rigorosos na reclamação do que nos pertence, mas muito persuasivos e negociadores. As grandes fracturas saram através de Comissões da Verdade e de Reconciliação Nacional. Termos em conta, que devemos evitar a fuga dos técnicos. Fugiram muitos em 1975, e foi compreensível. Fugiram outros tantos como consequência do célebre processo 105. Se voltarem a fugir mais, em massa, a economia, mormente no sector produtivo, não vai funcionar. Temos de ter o sentido do equilíbrio, de ponderação. Lembrem-se que quase não produzimos nada, e até o comércio retalhista nos bairros, foi tomado por estrangeiros. Não os culpemos. Culpemo-nos a nós próprios. Mas como é que chegamos a tanto ?



Senhor Presidente, minhas senhoras meus senhores.

Nós acreditamos, que é pela via da produção, que poderemos corrigir os principais indicadores macroeconómicos, sem a necessidade de impormos ao povo, sofrimentos adicionais, com o desemprego, os salários baixos, a redução do poder de compra. Não é pela via das sofisticadas engenharias financeiras. Afinal, há quantos anos esses professores nos ditam o que fazer, sem resultados palpáveis? São eles maus professores, ou nós maus alunos, que depois de décadas, continuamos a necessitar dos professores para nos continuarem a ensinar as mesmas coisas? Estabilizam-se os indicadores macroeconómicos, mas, pouco tempo depois, partimos para uma nova decalagem, uma nova disfuncionalidade.

Com o aumento da produção, reduzimos a inflação, reduzimos as importações, poupamos as nossas reservas cambiais, valorizamos a nossa moeda, aumentamos o poder de compra dos salários, estimulamos a criação de emprego, etc.. O importante é apostar naqueles que já sabem fazer. Naqueles que já estão fazendo. Na agricultura, nas pescas, na indústria, mesmo que incipiente, no comércio, nos transportes. Se o sector é vital, paguemos a esses trabalhadores o salário do cientista.

Mas é pelo aumento da produção e da produtividade que melhoraremos os nossos indicadores macroeconómicos. Não é pelo sofrimento do povo.

Muito Obrigado

